



[A CAMPANHA](#) [DADOS E FATOS](#) [LEI MARIA DA PENHA](#) [LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA](#)

[SERVIÇOS E AÇÕES](#) [NOTÍCIAS](#)

16
06
2016

Nota pública do Consórcio Nacional de Organizações que elaborou o anteprojeto da Lei Maria da Penha emite nota sobre o PLC 07/2016

[Imprimir página](#)

ÚLTIMAS

Ministério celebra lei que obriga comparecimento de agressor de mulher a programa de recuperação

Carta de Mulheres: TJSP lança canal online para prestar informações a vítimas de violência doméstica

Coronavírus: Assembleia de Minas Gerais aprova projeto de prevenção à violência doméstica

NUDEM e EDEPAR lançam cartilha e chat de apoio a mulheres durante a quarentena

Mais de 60 medidas protetivas já foram aplicadas no Acre por violência doméstica

NOTA PÚBLICA

O Consórcio Nacional de Organizações que elaborou o anteprojeto de lei Maria da Penha (Cepia, Cfemea, Cladem e Themis), as organizações feministas, de mulheres e de direitos humanos abaixo assinadas, vêm publicamente manifestar-se contrárias à proposta contida no art.12-B, do PLC 07/2016, que pretende conferir à autoridade policial atribuições para a concessão de medidas protetivas de urgência, subvertendo a lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Importante lembrar que a Constituição Federal consagrou os direitos das mulheres e a responsabilidade do Estado frente à violência doméstica é fruto da luta dos movimentos feministas e de mulheres, que também conquistaram a presença do sistema de justiça no tratamento da violência através da Lei Maria da Penha. Nesse sentido, as Delegacias da Mulher (DEAMs) surgiram por proposta e pressão dos movimentos de mulheres como resposta às dificuldades que as mulheres enfrentavam para registrar suas queixas nas delegacias tradicionais. As instituições de segurança pública efetivamente



... não existiriam, se não fossem os movimentos
 A CAMPANHA DADOS E FATOS LEI MARIA DA PENHA LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS E AÇÕES NOTÍCIAS indignação que a proposta esteja sendo
 ... sem consulta às organizações que
 representam os direitos das mulheres no país, por delegados e delegadas que nunca se manifestaram em defesa dos direitos das mulheres. Lamentamos que as Delegacias da Mulher que, não existiriam sem a luta constante do movimento de mulheres, estejam apoiando uma proposta que subverte a Lei Maria da Penha, dificulta o acesso à justiça, e que não é apoiada pelos movimentos de mulheres.

A Lei Maria da Penha é o resultado de uma longa caminhada, que começou com o caso emblemático da Sra. Maria da Penha, vítima de duas tentativas de homicídio, culminando com uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que recomendou ao Estado Brasileiro adotar uma lei que realmente protegesse as mulheres em situação de violência. Esta é a lei 11.340/2006, uma proposta feminista, gestada, discutida e apresentada por organizações feministas, que contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPMPR), de juristas e de parlamentares feministas e não feministas com histórico compromisso com as mulheres. O Consórcio de Organizações discutiu durante dois anos o anteprojeto de lei; a SPMPR e o Congresso Nacional debateram esse anteprojeto com a sociedade brasileira através de audiências públicas em diversos estados brasileiros. De 2002

Casa da Mulher
 Defensoria
 Pública
 estupro
 feminicidio Lei
 Maria da
 Penha Mato Grosso
 do Sul Ministerio
 Publico Sao Paulo
 Secretaria de Políticas
 para as Mulheres
 violencia
 contra a
 mulher
 violencia contra
 as mulheres
 violencia de
 genero
 violencia
 domestica
 violencia sexual

BUSCA

Pesquisar por:

em Buscar



A CAMPANHA DADOS E FATOS | LEI MARIA DA PENHA | LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS E AÇÕES € NOTÍCIAS

mente, um movimento de delegados e sem discutir com beneficiárias, organizações e associações de magistrados, defensores públicos e promotores de justiça, quer se apropriar dessa história e corromper a lei Maria da Penha. Há um profundo *déficit* de legitimidade nos proponentes e isso não pode ser acolhido pelo Senado Federal, pois desrespeita a luta das mulheres.

Não bastasse a falta de legitimidade dos proponentes, o art. 12-B subverte a lógica da lei, que responde às definições constitucionais de responsabilidade do Estado em relação à violência intrafamiliar. Não é e nunca foi proposta da lei Maria da Penha outorgar à polícia a atribuição de conceder medidas protetivas e sim aos juizados especializados de violência doméstica e familiar criados para esse fim. A proposta fere a sistemática da Lei e é inconstitucional. A autoridade ou servidor policial não tem competência constitucional para a jurisdição, para restringir direitos ou afastar a possibilidade da apreciação pelo Poder Judiciário. Não é essa a atribuição constitucional da polícia e nem a definida pela Lei Maria da Penha. Consideramos que, tanto para julgar adequadamente a situação, garantindo proteção em caso de risco de vida para mulheres que ensejam medidas de proteção, quanto para afastar qualquer possibilidade de tratamento



tanto na forma, pela ausência de discussão com o
 A CAMPANHA DADOS E FATOS LEI MARIA DA PENHA E LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS E AÇÕES NOTÍCIAS
 = - quanto ao conteúdo, pela
 inadequação de jurisdição – *déficit* de

constitucionalidade – o art. 12-B não pode ser
 aprovado, devendo ser suprimido do PLC 07/2016.
 Nessa linha encontram-se, também, as Notas
 Técnicas alusivas à matéria em comento,
 produzidas pelas Comissões dos Direitos da
 Mulher das instituições essenciais ao sistema de
 justiça – Magistratura, Ministério Público,
 Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do
 Brasil.

Brasília, 16 de junho de 2016.

Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação,
 Ação

Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Cladem – Comitê Latino Americano e do Caribe
 para a Defesa dos Direitos da Mulher

Themis – Gênero Justiça e Direitos Humanos

AMB- Articulação de Mulheres Brasileira

Projeto de Extensão Maria da Penha: Atenção e
 Proteção, da UnB

Elas que são Elas –UWV/ES

Fórum de Mulheres de Imperatriz – MA

Centro de Promocao da Cidadania e Defesa
 dosDireutis Humanos Pé. Josimo

Associação de Mulheres do Bacuri e Adjacências

Fórum Maranhense de Mulheres

Centro Dandara

Instituto Patrícia Galvão



[A CAMPANHA](#) | [DADOS E FATOS](#) | [LEI MARIA DA PENHA](#) | [LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA](#)

[SERVIÇOS E AÇÕES](#) | [NOTÍCIAS](#) | [Potiguar](#)
[Instituto de Libertação Homossexual](#)
[Associação Homossexual do Vale Assu](#)
[Liga Norterriograndense de Combate à Aides – LMCA](#)
[Sidadania](#)
[Atrevida](#)
[AMA/RN](#)
[Organização Feminista Bandeira Lilás](#)
[Associação Vidas Positivas – AVIP](#)
[Articulação Aids do Rio Grande do Norte](#)
[Coletivo de Bandeira](#)
[Atreva-se](#)
[Movimento de Mulheres do Seridó](#)
[Central Única dos Trabalhadores Sexuais – CUTS](#)
[Coletivo Marietta Baderna da RENAP](#)
[Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura – UFPB](#)
[Instituto de Estudos de Gênero – UFSC](#)
[Núcleo Margens: modos de vida, família e relações de gênero – Departamento de Psicologia/CFH/UFSC](#)
[Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha –OBSERVE](#)
[Núcleo Feminista de Pesquisa sobre Gênero, Masculinidades – GEMA/UFPE](#)
[Instituto Papai](#)
[Rede de Homens pela Equidade de Gênero – RHEG](#)
[Campanha Brasileira do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra as mulheres](#)
[Menengage – Brasil](#)



Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de
 A CAMPANHA DADOS E FATOS LEI MARIA DA PENHA LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS E AÇÕES (NOTÍCIAS Comunicação em Sexualidade
 1 mundo

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da
 Mulher –CEDIMES

Comissão da Mulher Advogada – OAB/ES

Coletivo Feminista de Guarapari – DELAS

Azãnia – Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura,
 Gênero, Sexualidade, Raça, Classe, Performance e
 Religião – CANDANCES

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre
 a mulher – UFBA

Grupo Curumim

Associação Ilê Mulher

Rede de Mulheres Negras – PR

NEGAr- Núcleo de Estudos de Gênero de
 Araraquara/UNESP

Coletivo Feminino Plural

Movimento Nacional de Cidadãs PositiHIVas

Sempre Mulher – Instituto sobre Relações Raciais

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais
 e Reprodutivos

Casa da Mulher Catarina

Fórum Catarinense de Mulheres

Fórum pela Implementação da Lei Maria da Penha
 – SC

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – SC

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de
 Florianópolis